

Estudo Técnico Preliminar 31/2021

1. Informações Básicas

Número do processo: 23086.009547/2020-25

2. Descrição da necessidade

O objeto deste estudo é a prestação de serviço técnico terceirizado de Porteiro, Vigia e Operador de Monitoramento CFTV no âmbito da UFVJM, nos Campi I e JK, Moradia Estudantil e Núcleo de Turismo em Diamantina, Minas Gerais, utilizando na execução dos serviços, mão de obra capacitada e exclusiva através de empresa do ramo, regularmente autorizada pelos órgãos competentes, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação aplicáveis, prestado de forma contínua, com a finalidade de controlar o fluxo de pessoas e objetos, estabelecendo um controle da movimentação de entrada e saída de pessoas e veículos que demandam às unidades da UFVJM, bem como complementar efetivamente na produção de segurança preventiva.

Consoante a justificativa apresentada no Documento de Formalização de Demanda(Doc. Sei! nº 0156363), atualmente, a UFVJM é atendida em suas demandas de serviços de porteiro e vigia, mediante a contratação dos serviços junto às empresas prestadoras desses serviços ao mercado, assim sendo atendida pelo Contrato 014/2016 celebrado com a Perphil Serviços Especiais Eireli - Processo Sei! (23086.002634/2016-75), abrangendo 15 (quinze) postos, ocupados por 23 (vinte e três) colaboradores entre encarregado, porteiros e vigias. Tendo em vista que este contrato, destinado a prestação de serviços de Portaria e Vigia na Universidade, irá se encerrar em 15 de junho de 2021, faz-se necessário a abertura de um novo processo licitatório, visando à manutenção dos serviços atualmente prestados na Instituição. Os serviços pretendidos são de fundamental importância para o desempenho das atividades relacionadas, de uma maneira geral, ao controle de acesso de pessoas e veículos, visto que a UFVJM não dispõe, em seu quadro de pessoal, de recursos humanos necessários para a execução direta destes serviços, razão pela qual a presente contratação visa atender os serviços citados em regime diurno e noturno, inclusive aos sábados, domingos e feriados, garantindo a segurança das instalações da UFVJM.

Com relação aos postos de Operador de Monitoramento CFTV, ressalta-se que, até o momento, a UFVJM não dispõe de mecanismos de controle de acesso por vigilância eletrônica, por outro lado, devido à dimensão do Campus e a necessidade de adequação orçamentária, visando à economicidade e empregabilidade de melhor adequação dos recursos públicos, consubstanciados no planejamento e estudo constante de meios e utilização de ferramentas necessárias a uma melhor efetividade/eficiência/eficácia dos serviços público, dentro da perspectiva de utilização de instrumentos de inovação do mercado tecnológico, a UFVJM, tem por objetivo a implementação para o ano de 2021, a instalação de novos sistemas de controle, com um projeto em andamento de serviços de vigilância eletrônica, a ser monitorada 24 horas por meios de instalação de equipamentos eletrônicos necessários a uma melhor consecução da segurança patrimonial do Campus, já sendo iniciado os estudos preliminares no processo SEI! nº 23086.012057/2020-14, com finalidade de viabilizar a concretização contratual para o ano de 2021. Logo, diante de possível implementação deste serviço de monitoramento eletrônico, fazer-se-á necessário a contratação de serviços de Operador de Monitoramento CFTV, uma vez que o serviço será essencial para a rotina regular do Campus, complementando os sistemas de segurança existentes e possibilitar rápida intervenção dos vigilantes a possíveis ilícitos em todo o campus.

Importante registrar, ainda, que a principal missão das atividades meio e apoio operacional é garantir a operacionalização integral das atividades finalísticas de forma contínua, eficiente, flexível, fácil, segura e confiável. Para garantir este objetivo, a Administração Pública vem buscando, de forma racional e persistente, obter melhor emprego de seus escassos recursos visando atingir a eficácia e eficiência de suas ações.

Essa difícil missão, muitas vezes, torna-se impossível de ser cumprida a contento, em razão da falta de uma estrutura específica para execução de tarefas que, embora sejam consideradas auxiliares, são imprescindíveis para o funcionamento das organizações, como é o caso da prestação de serviços a ser contratado. Pretende-se alcançar, com a presente contratação, a conciliação entre os menores custos possíveis e o atendimento adequado das necessidades da Administração.

A contratação, de forma continuada, dos serviços de Portaria, Vigia e Operador de Monitoramento CFTV, tem como premissa a melhoria do atendimento dos acessos nas dependências dos campi da UFVJM, com vista ao aperfeiçoamento do controle e monitoramento do fluxo de pessoas e veículos.

Distinção entre os serviços de vigia e de vigilância e Monitor de sistemas eletrônicos de Segurança Interno

Destaca-se que os serviços pretendidos se diferenciam dos serviços de vigilância armada principalmente em razão das atividades executadas e das condições gerais de exercício de tais atividades. Embora ambos cuidem da guarda das dependências e patrimônios do contratante, os vigias não têm a finalidade de prevenir delitos, enquanto os vigilantes não têm a de receber pessoas, documentos e correspondências, nem a de efetuar pequenos reparos nos locais de trabalho. Sobre esse tema debruçou-se a Receita Federal na Solução de Consulta n.º 57 - Cosit (Doc. SEI n.º 0239202), que diferencia ambos os serviços. As condições de trabalho, qualificação profissional e regime jurídico de vigias e vigilantes fazem com que mesmo as poucas atividades comuns sejam exercidas de forma bastante diversa pelos dois tipos de trabalhadores. Além disso, ao contrário do que ocorre com os vigilantes, não se exige dos vigias a aprovação em curso de formação para desempenho das atividades, exames de saúde física, mental e psicotécnico e ensino médio completo. Já o operador de monitoramento tem o papel de analisar as informações disponibilizadas pelas câmeras de segurança, sendo um profissional que trabalha diretamente com os monitores de computadores que recebem as informações transmitidas, assim como auxilia nos serviços de vigilância com informações, orientando o vigilante que está assegurando o ambiente.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Administração - Campus Diamantina / PROAD	Gildásio Antônio Fernandes

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A seguir estão discriminados os requisitos desta contratação.

A Contratada deverá ser especializada no ramo e possuir experiência comprovada na execução do serviço, capaz de fornecer profissionais habilitados e capacitados em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação aplicáveis, prestado de forma contínua, com a finalidade de controlar o fluxo de pessoas e objetos, estabelecendo um controle da movimentação de entrada e saída de pessoas e veículos que demandam às unidades da UFVJM.

Natureza do Serviço

O serviço a ser contratado se enquadra como serviço de natureza continuada, tais serviços, conforme art. 15 da IN 05/2017 são aqueles que:

*(...) visam atender à **necessidade pública** de forma **permanente e contínua**, por mais de um exercício financeiro, assegurando a **integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade**, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.*

A prestação do serviço de porteiro e vigia e operador de monitoramento CFTV é uma necessidade permanente e contínua da UFVJM e sua interrupção poderia comprometer o cumprimento da missão institucional desta instituição. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

A execução do serviço se dará mediante cessão de mão de obra, ou seja, quando a empresa contratada disponibiliza empregado seu para a execução de serviços contínuos nas dependências da contratante. O conceito de cessão de mão de obra advém da legislação previdenciária, destaca-se o § 3º art. 31 da Lei 8.212/91:

[...]

§ 3º Para os fins desta Lei, entende-se como cessão de mão-de-obra a colocação à disposição do contratante, em suas dependências ou nas de terceiros, de segurados que realizem serviços contínuos, relacionados ou não com a atividade-fim da empresa, quaisquer que sejam a natureza e a forma de contratação.

§ 4º Enquadram-se na situação prevista no parágrafo anterior [cessão de mão-de-obra], além de outros estabelecidos em regulamento, os seguintes serviços:

I – limpeza, conservação e zeladoria;

II – vigilância e segurança;

III – empreitada de mão-de-obra;

IV – contratação de trabalho temporário na forma da Lei n.º 6.019/1974.

O Regulamento da Previdência Social e a IN 971/2009 da Receita Federal do Brasil também elenca uma série de outros exemplos de serviços que podem ser executados mediante cessão de mão de obra.

Além disso, esta contratação será realizada em regime de **dedicação exclusiva** de mão de obra, o art. 17 da IN 05/2017 apresenta certos elementos que indicam este tipo de serviço: *Art. conforme disposto em Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.*

17. Os serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra são aqueles em que o modelo de execução contratual exija, dentre outros requisitos, que:

I - os empregados da contratada fiquem à disposição nas dependências da contratante para a prestação dos serviços;

II - a contratada não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos; e

III - a contratada possibilite a fiscalização pela contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

Parágrafo único. Os serviços de que trata o caput poderão ser prestados fora das dependências do órgão ou entidade, desde que não seja nas dependências da contratada e presentes os requisitos dos incisos II e III.

A partir desta classificação, necessário ter atenção ao Gerenciamento de Riscos deste tipo de contratação, conforme art. 18 da IN 05/2017:

Art. 18. Para as contratações de que trata o art. 17, o procedimento sobre Gerenciamento de Riscos, conforme especificado nos arts. 25 e 26, obrigatoriamente contemplará o risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da contratada.

§ 1º Para o tratamento dos riscos previstos no caput, poderão ser adotados os seguintes controles internos:

I-Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, conforme disposto em Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; ou

II-Pagamento pelo Fato Gerador, conforme disposto em Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

§ 2º A adoção de um dos critérios previstos nos incisos I e II do parágrafo anterior deverá ser justificada com base na avaliação da relação custo-benefício.

§ 3º Só será admitida a adoção do Pagamento pelo Fato Gerador após a publicação do Caderno de Logística a que faz referência o inciso II do § 1º deste artigo.

§ 4º Os procedimentos de que tratam os incisos do § 1º deste artigo estão disciplinados no item 1 do Anexo VII-B.

Fato Gerador ou Conta Depósito Vinculada

O art. 71 da Lei 8.666/93, definiu que a Administração não tem responsabilidade por encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não quitados pelas empresas prestadoras de serviços, mas responde solidariamente pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, a saber:

Art. 71. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

*§ 1º A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais **não transfere à Administração Pública** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.*

§ 2º A Administração Pública responde solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, nos termos do art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

No entanto, o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho é de que a Administração Pública será responsabilizada subsidiariamente pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas caso reste evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei nº 8.666/93, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço. Dessa forma foi editada a Súmula nº 331, que consta atualmente com a seguinte redação:

SÚMULA 331 DO TST**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE**

[...]

V - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta **respondem subsidiariamente**, nas mesmas condições do item IV, **caso evidenciada a sua conduta culposa** no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, **especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais** da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade **não decorre de mero inadimplemento** das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.

Existindo a possibilidade de responsabilizar a Administração a responder subsidiariamente, caso esta tenha conduta culposa quanto à fiscalização das obrigações assumidas pela contratada, faz-se necessário então que a Administração atue no sentido de utilizar mecanismos de proteção e gestão de riscos na execução de contratos de prestação de serviço com dedicação exclusiva de mão de obra, contribuindo para assegurar os recursos necessários para o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas em caso de inadimplemento da contratada.

Dessa maneira, a Administração Pública procurou aperfeiçoar seus mecanismos de fiscalização trazendo maior segurança jurídica aos gestores e fiscais de contrato. Atualmente existem dois mecanismos de controle interno que podem ser adotados pela Administração para o tratamento dos riscos relativos ao descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS pela contratada: **Conta-Depósito Vinculada** e **Pagamento pelo Fato Gerador**.

IN 05/2017

Art. 18. Para as contratações de que trata o art. 17, o procedimento sobre Gerenciamento de Riscos, conforme especificado nos arts. 25 e 26, obrigatoriamente contemplará o risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da contratada.

§ 1º Para o tratamento dos riscos previstos no caput, poderão ser adotados os seguintes controles internos:

I - **Conta-Depósito Vinculada** — bloqueada para movimentação, conforme disposto em Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; ou

II - **Pagamento pelo Fato Gerador**, conforme disposto em Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

§2º A adoção de um dos critérios previstos nos incisos I e II do parágrafo anterior **deverá ser justificada com base na avaliação da relação custo-benefício**.

§ 3º Só será admitida a adoção do Pagamento pelo Fato Gerador após a publicação do Caderno de Logística a que faz referência o inciso II do § 1º deste artigo.

§ 4º Os procedimentos de que tratam os incisos do § 1º deste artigo estão disciplinados no item 1 do Anexo VII-B.

É o que dispôs também o Decreto nº 9.507, de 2018:

Art.6º Para a execução indireta de serviços, no âmbito dos órgãos e das entidades de que trata o art. 1º, as contratações deverão ser precedidas de planejamento e o objeto será definido de forma precisa no instrumento convocatório, no projeto básico ou no termo de referência e no contrato como exclusivamente de prestação de serviços.

(...)

Art. 8º Os contratos de que trata este decreto conterão cláusulas que:

V - prevejam, com vistas à garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra:

a) que os valores destinados ao pagamento de férias, décimo terceiro salário, ausências legais e verbas rescisórias dos empregados da contratada que participarem da execução dos serviços contratados serão efetuados pela contratante à contratada somente na ocorrência do **fato gerador**; ou

b) que os valores destinados ao pagamento das férias, décimo terceiro salário e verbas rescisórias dos empregados da contratada que participarem da execução dos serviços contratados serão depositados pela

contratante em **conta vinculada** específica, aberta em nome da contratada, e com movimentação autorizada pela contratante.

Por meio do condicionamento do início da utilização destes mecanismos de controle de riscos com a publicação do caderno de logística ocorre transferência do conhecimento de forma natural e efetiva, com qualidade e alinhada com os entendimentos jurídicos e teóricos de cada tema, proporcionando ainda maior segurança jurídica aos órgãos e entidades.

A conta vinculada foi criada em meados de 2008 e também foi regulamentada por meio de Caderno de Logística, até a publicação do Caderno de Logística com a regulamentação do Pagamento pelo Fato Gerador, no ano de 2018, era o único mecanismo possível de ser utilizado.

Com a regulamentação do Pagamento pelo Fato Gerador, faz-se necessário a análise e a decisão pela adoção de um dos critérios pela Administração. Tal escolha deve ser justificada com base na avaliação da relação custo-benefício. A seguir são descritas as metodologias básicas de cada um dos mecanismos de controle interno.

A Conta-Depósito Vinculada, bloqueada para movimentação conforme Caderno de Logística específico é "um instrumento de gestão e gerenciamento de riscos para as contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. O principal objetivo deste instituto reside na garantia de existência de saldo financeiro para fazer frente aos encargos trabalhistas devidos aos funcionários contratados pelas empresas terceirizadas para a prestação de serviços em órgãos e entidades."

É uma conta aberta pela Administração em nome da empresa contratada e destina-se exclusivamente à provisão dos valores referentes ao pagamento das férias, 1/3 constitucional de férias e 13º salário, dos encargos previdenciários incidentes sobre as rubricas citadas, além dos valores devidos em caso de pagamento de multa sobre o saldo do FGTS na demissão sem justa causa, dos funcionários da empresa contratada que se encontram alocados no órgão ou entidade. Estes recursos ficam resguardados e só são liberados com expressa autorização do órgão ou entidade contratante, por meio da comprovação das despesas por parte da empresa.

Com o advento da Conta-Depósito Vinculada foi possível implementar regras para a garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, garantindo, dessa forma, a existência de recursos financeiros para fazer face à parte significativa dos direitos trabalhistas dos empregados terceirizados em atividade no governo federal.

No caso da Conta Vinculada, os custos relacionados aos valores para rescisão, ausências legais, auxílio-maternidade e paternidade, dentre outros, são provisionados com base em um percentual sobre a remuneração, mas caso não ocorram, revestem-se de lucro à contratada. Esta é, talvez, a maior desvantagem na utilização da Conta Vinculada.

Para a implementação da conta-depósito vinculada, o órgão ou entidade contratante deverá firmar Termo de Cooperação Técnica, com Instituição Financeira, cuja minuta constituir-se-á anexo do ato convocatório, o qual determinará os termos para a abertura da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação e as condições de sua movimentação.

Já o pagamento pelo fato gerador, conforme Caderno de Logística:

Tal metodologia visa garantir que **a Administração se responsabilize tão somente pelo pagamento dos custos decorrentes de eventos efetivamente ocorridos**, mitigando pagamentos dos custos estimados existentes nas propostas de prestação de serviços que muitas vezes não se realizam, a exemplo de valores para rescisão, ausências legais, e os auxílios maternidade e paternidade, dentre outros.

Caso não sejam comprovados os eventos trabalhistas, dentre outros futuros e incertos, que dariam ensejo ao pagamento pela Administração, esses não comporão os custos finais para pagamento do contrato.

Por meio do Fato Gerador, faz-se necessário verificar o surgimento de cada situação que possa ensejar o pagamento pela Administração, tendo em vista que o contratado tem mera expectativa de direitos sobre o recebimento pela sua prestação de serviço, ou seja, enquanto esta não se realiza e é devidamente aferida pelo fiscal, não gera direito adquirido pelo seu recebimento.

Se a situação não ocorre, o direito do contratado não se consolida. Podem-se citar como exemplos a não ocorrência de determinadas rubricas como licenças maternidade e paternidade, óbitos na família, verbas de rescisão, ausências legais, dentre outros. O Pagamento pelo Fato Gerador garante também as verbas trabalhistas (13º salário, férias e 1/3 constitucional, multa do FGTS), tendo em vista que somente serão liberadas no momento da sua ocorrência.

Dessa forma, o contratado tem apenas mera expectativa de direitos sobre o recebimento pela sua prestação de serviço e que enquanto esta não se realiza e é devidamente aferida pelo fiscal, não há direito adquirido pelo seu recebimento. Dessa forma, eventual saldo orçamentário no encerramento do exercício, ou ao final da vigência do contrato com a empresa prestadora de serviço, não será objeto de liberação ou repasse à empresa.

Uma vantagem em relação à utilização da Conta Vinculada é que no Pagamento pelo Fato Gerador se elimina os pagamentos referentes a fatos que, apesar de previstos nos custos iniciais do contrato, muitas vezes não ocorrem, onerando os contratos de prestação de serviço em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a exemplo de valores para rescisão, ausências legais, bem como o auxílio-maternidade e paternidade, dentre outros.

O Pagamento pelo Fato Gerador prioriza o pagamento pelo resultado e tem a preocupação com a alocação eficiente de recursos públicos por meio da fixação de parâmetros e critérios para a avaliação e melhoria da qualidade da prestação de serviços sob o regime de execução indireta.

Além da análise documental para conferência dos direitos trabalhistas tutelados referentes aos contratos, é necessário que o órgão ou entidade se organize internamente para a operacionalização dos procedimentos, seja para liberar os valores pagos (caso da conta vinculada) seja para autorizar pagamentos (caso do pagamento pelo fato gerador). Ambos procedimentos são burocráticos e exigem um esforço da Administração e de seus servidores para sua concretização, sendo que o pagamento pelo fato gerador inclui mais verbas trabalhistas a serem tuteladas.

Dessa forma, como meio de analisar a viabilidade de adoção de um dos critérios, foi enviado o Ofício 77 (Doc. Sei! nº 0195959) para a Diretoria de Logística para manifestação acerca do controle a ser adotado nesta contratação, acompanhado da respectiva justificativa. A Diretoria de Logística se manifestou por meio do Ofício 352 (Doc. Sei! nº 0196188) informando que será utilizada a **Conta-Depósito Vinculada**.

Duração do Contrato

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado mediante justificativa e no interesse da Administração, por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses, de acordo com o previsto no Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

Requisitos dos Profissionais:

Tendo em vista o modo de execução do serviço se dar em regime de dedicação exclusiva de mão de obra faz-se necessário estimar as categorias profissionais que serão empregadas no serviço de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Conforme Ofício nº 95 (Doc. 0230215) e Ofício nº 8 (Doc. 0310616) foram definidos os cargos, atividades, uniformes e equipamentos necessários para a efetiva prestação dos serviços:

Cargo: Vigia/Porteiro - CBO 5174

Descrição das atividades do cargo de acordo com o MTE:

Zelam pela guarda do patrimônio e exercem a vigilância de fábricas, armazéns, residências, estacionamentos, edifícios públicos, privados e outros estabelecimentos, percorrendo-os sistematicamente e inspecionando suas dependências, para evitar incêndios, roubos, entrada de pessoas estranhas e outras anormalidades; controlam fluxo de pessoas, identificando, orientando e encaminhando-as para os lugares desejados; recebem hóspedes em hotéis; escoltam pessoas e mercadorias; fazem manutenções simples nos locais de trabalho.

Cargo: Monitor de sistemas eletrônicos de segurança interno - CBO 9513-15

Descrição das atividades do cargo de acordo com o MTE:

Instalam, inspecionam e ativam sistemas eletroeletrônicos de segurança, montando e conectando equipamentos cabeados e sem fio para instalações, ajustando parâmetros elétricos e lógicos dos equipamentos, realizando testes e corrigindo falhas. Monitoram sistemas eletrônicos de segurança e realizam inspeção técnica do local do evento. Planejam serviços de instalação e manutenção de sistemas eletroeletrônicos de segurança, interpretando ordens de serviço, desenhos e cronogramas de projetos. Realizam manutenções preventiva e corretiva dos sistemas e elaboram documentos técnicos. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.

Convenção Coletiva de Trabalho:

Os serviços de vigia se enquadram na **Família n.º 5174** do Cadastro Brasileiro de Ocupações (Documento SEI n.º 0239188), e envolvem a recepção e orientação de visitantes, a guarda do patrimônio, o controle do fluxo de pessoas e veículos e o recebimento de mercadorias, volumes e correspondências. Já os serviços de operador de monitoramento, a se enquadra na **Família n.º 9513** do Cadastro Brasileiro de Ocupações, que pertence ao grupo dos eletricitistas eletrônicos de manutenção industrial, comercial e residencial, pois instalam, inspecionam e ativam sistemas eletroeletrônicos de segurança, montando e conectando equipamentos cabeados e sem fio para instalações, ajustando parâmetros elétricos e lógicos dos equipamentos, realizando testes e corrigindo falhas. Monitoram sistemas eletrônicos de segurança e realizam inspeção técnica do local do evento que envolvem a Monitoram sistemas eletrônicos de segurança e realizam inspeção técnica do local do evento.

O enquadramento da mão a ser alocada para as categoria em questão foram firmadas pela CCT:

a) a Convenção Coletiva de Trabalho 2021/2021 n.º : MG000415/2021 (Documento SEI n.º0299500), que abrange os municípios de Abaeté/MG, Alvorada de Minas/MG, Araçai/MG, Augusto de Lima/MG, Buenópolis/MG, Conceição do Mato Dentro/MG, Congonhas do Norte/MG, Cordisburgo/MG, Corinto/MG, Curvelo/MG, Datas/MG, **Diamantina/MG**, Felixlândia/MG, Gouveia/MG, Inimutaba/MG, Joaquim Felício/MG, Lassance/MG, Monjolos/MG, Morada Nova de Minas/MG, Morro da Garça/MG, Pompéu/MG, Presidente Juscelino/MG, Presidente Kubitschek/MG, Santo Hipólito/MG, Serro/MG e Três Marias/MG.

Preposto:

A CONTRATADA deverá indicar, mediante declaração, um preposto, aceito pela fiscalização, durante o período de vigência do contrato, para representá-lo administrativamente, sempre que for necessário. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados.

Na designação do Preposto é vedada a indicação dos próprios empregados (responsáveis pela prestação dos serviços junto à CONTRATANTE) para o desempenho de tal função.

A CONTRATADA orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas de Segurança e Medicina do Trabalho.

Materiais e EPI's a serem disponibilizados para a execução do serviço:

Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar uniformes, materiais e epi's aos postos contratados, de acordo com o clima da região nas quantidades estimadas e quantidades a seguir estabelecidas e com o disposto no respectivo acordo, convenção ou Dissídio coletivo de Trabalho a que se vincular.

A seguir estão estimados os uniformes, materiais, epi's e equipamentos que a contratada deverá fornecer de acordo com a planilha consolidada (Doc. Sei! 0334711) e andamento dos estudos, promovendo sua substituição quando necessário.

Relação de Uniformes por Posto de Trabalho

a1) Posto: Vigia

Item	Descrição do Cargo	Especificação	Unidade	Quantidade Anual
01	Vigia	BOTA COTURNO - BOTINA DE SEGURANÇA: BOTA COTURNO FEMININO E MASCULINO EM COURO, COM AMARRA EM CADARÇOS RECORTES ACAMURÇADOS NO CABEDAL, FORRO MACIO E MATERIAL TÊXTIL, SOLADO DE BORRACHA, PUXADOR NO CALCANHAR E NA LINGUETA, LINGUETA ACAMURÇADA, PALMILHA MACIA DE BOA RESPIRABILIDADE. NA COR MOSTARDA. MEDIDAS APROXIMADAS: SALTO MEDINDO APROXIMADAMENTE 2,5 CM E ALTURA TOTAL DA BOTA DE 11 CM.	PAR	01
02		CAMISA - TECIDO (TRICOLINE, GABARDINE OU CEDROFIL) COR CLARA. MANGAS CURTAS SOCIAL COM PUNHO SIMPLES. BOLSO NA PARTE SUPERIOR DO LADO ESQUERDO, SOBREPOSTO.	UNIDADE	04
03		CALÇA BRIM - CALÇA SOCIAL, EM BRIM OU COMPATÍVEL, COR PRETA.	UNIDADE	04
04		CINTO - MASCULINO EM COURO CONSTITUÍDO DE 1 (UMA) FACE NA COR PRETA SEM COSTURA, FIVELA EM METAL, COM GARRA REGULÁVEL.	UNIDADE	01

05	MEIA ALGODÃO - MEIA VESTUÁRIO MASCULINO, MATERIAL ALGODÃO, TIPO SOCIAL, COR PRETA, TAMANHO ÚNICO	PAR	05
06	JAQUETA - COR PRETA EM TECIDO DE ALGODÃO FORRADA, FORRADA EM ACORDO COM CLIMA DA REGIÃO. EMBLEMA DA EMPRESA, BORDADO NA PARTE EXTERNA DO BOLSO.	UNIDADE	01
07	BONÉ OU QUEPE – COR: PRETO, CONFECCIONADO EM TECIDO	UNIDADE	02

a2) Posto: Porteiro

01	Porteiro	SAPATO MASCULINO, TIPO: SOCIAL, MATERIAL: COURO, COR: PRETA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM CADARÇO	PAR	01
02		CAMISA - TECIDO (TRICOLINE, GABARDINE OU CEDROFIL) COR CLARA. MANGAS CURTAS SOCIAL COM PUNHO SIMPLES. BOLSO NA PARTE SUPERIOR DO LADO ESQUERDO, SOBREPOSTO.	UNIDADE	04
03		CALÇA BRIM - CALÇA SOCIAL, EM BRIM OU COMPATÍVEL, COR PRETA.	UNIDADE	04
04		CINTO - MASCULINO EM COURO CONSTITUÍDO DE 1 (UMA) FACE NA COR PRETA SEM COSTURA, FIVELA EM METAL, COM GARRA REGULÁVEL.	UNIDADE	01
05		MEIA ALGODÃO - MEIA VESTUÁRIO MASCULINO, MATERIAL ALGODÃO, TIPO SOCIAL, COR PRETA, TAMANHO ÚNICO	PAR	05
06		JAQUETA - COR PRETA EM TECIDO DE ALGODÃO FORRADA, FORRADA EM ACORDO COM CLIMA DA REGIÃO. EMBLEMA DA EMPRESA, BORDADO NA PARTE EXTERNA DO BOLSO.	UNIDADE	01
07		BONÉ OU QUEPE – COR: PRETO, CONFECCIONADO EM TECIDO	UNIDADE	02

a3) Posto: Monitor de Sistemas Eletrônicos de Segurança

01		SAPATO MASCULINO, TIPO: SOCIAL, MATERIAL: COURO, COR: PRETA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM CADARÇO	PAR	01
02		CAMISA - TECIDO (TRICOLINE, GABARDINE OU CEDROFIL) COR CLARA. MANGAS CURTAS SOCIAL COM PUNHO SIMPLES. BOLSO NA PARTE SUPERIOR DO LADO ESQUERDO, SOBREPOSTO.	UNIDADE	04
03		CALÇA BRIM - CALÇA SOCIAL, EM BRIM OU COMPATÍVEL, COR PRETA.	UNIDADE	04

04	Monitor de Sistemas Eletrônicos Segurança	CINTO - MASCULINO EM COURO CONSTITUÍDO DE 1 (UMA) FACE NA COR PRETA SEM COSTURA, FIVELA EM METAL, COM GARRA REGULÁVEL.	UNIDADE	01
05		MEIA ALGODÃO - MEIA VESTUÁRIO MASCULINO, MATERIAL ALGODÃO, TIPO SOCIAL, COR PRETA, TAMANHO ÚNICO	PAR	05
06		JAQUETA - COR PRETA EM TECIDO DE ALGODÃO FORRADA, FORRADA EM ACORDO COM CLIMA DA REGIÃO. EMBLEMA DA EMPRESA, BORDADO NA PARTE EXTERNA DO BOLSO.	UNIDADE	01
07		BONÉ OU QUEPE – COR: PRETO, CONFECCIONADO EM TECIDO	UNIDADE	02

a4) Posto: Encarregado

Item	Descrição do Cargo	Especificação	Unidade	Quantidade Anual
01	Encarregado	BOTA COTURNO - BOTINA DE SEGURANÇA: BOTA COTURNO FEMININO E MASCULINO EM COURO, COM AMARRA EM CADARÇOS RECORTES ACAMURÇADOS NO CABEDAL, FORRO MACIO E MATERIAL TÊXTIL, SOLADO DE BORRACHA, PUXADOR NO CALCANHAR E NA LINGUETA, LINGUETA ACAMURÇADA, PALMILHA MACIA DE BOA RESPIRABILIDADE. NA COR MOSTARDA. MEDIDAS APROXIMADAS: SALTO MEDINDO APROXIMADAMENTE 2,5 CM E ALTURA TOTAL DA BOTA DE 11 CM.	PAR	01
02		CAMISA - TECIDO (TRICOLINE, GABARDINE OU CEDROFIL) COR CLARA. MANGAS CURTAS SOCIAL COM PUNHO SIMPLES. BOLSO NA PARTE SUPERIOR DO LADO ESQUERDO, SOBREPOSTO.	UNIDADE	04
03		CALÇA BRIM - CALÇA SOCIAL, EM BRIM OU COMPATÍVEL, COR PRETA.	UNIDADE	04
04		CINTO - MASCULINO EM COURO CONSTITUÍDO DE 1 (UMA) FACE NA COR PRETA SEM COSTURA, FIVELA EM METAL, COM GARRA REGULÁVEL.	UNIDADE	01
05		MEIA ALGODÃO - MEIA VESTUÁRIO MASCULINO, MATERIAL ALGODÃO, TIPO SOCIAL, COR PRETA, TAMANHO ÚNICO	PAR	05
06		JAQUETA - COR PRETA EM TECIDO DE ALGODÃO FORRADA, FORRADA EM ACORDO COM CLIMA DA REGIÃO. EMBLEMA DA EMPRESA, BORDADO NA PARTE EXTERNA DO BOLSO.	UNIDADE	01
07		BONÉ OU QUEPE – COR: PRETO, CONFECCIONADO EM TECIDO	UNIDADE	02

- O primeiro conjunto do uniforme deverá ser entregue dentro do prazo de 10 (dez) dias, a contar do início da prestação dos serviços;

- Todos os uniformes estarão sujeitos à prévia aprovação da CONTRATANTE e, a pedido dela, poderão ser substituídos, caso não correspondam às especificações indicadas nesse item;
- Poderão ocorrer eventuais alterações nas especificações dos uniformes, quanto ao tecido, à cor, ao modelo, desde que previamente aceitas pela Administração;
- Os uniformes deverão ser entregues aos funcionários, mediante recibo (relação nominal), cuja cópia deverá ser entregue à CONTRATANTE, sempre que solicitado pela FISCALIZAÇÃO;
- O custo do uniforme não poderá ser repassado ao ocupante do posto de trabalho;
- A CONTRATADA não poderá exigir do funcionário o uniforme usado, quando da entrega dos novos;
- Os uniformes deverão ser substituídos a cada seis meses;
- No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

Relação de EPI's por Posto de Trabalho

b1) Posto: Vigia

Item	Descrição do Cargo	Especificação	Unidade	Quantidade Anual
01	Vigia	FACE SHIELD - MÁSCARA PROTETORA (FACE SHIELD) PARA ADULTOS. PROTEGE DA TRANSMISSÃO DE VÍRUS POR TOSSE, PIGARRO, ENTRE OUTROS MEIOS. MATERIAL: ESTRUTURA EM PLÁSTICO, VISOR EM ACETATO 0,5MM E FECHO EM ELÁSTICO AJUSTÁVEL.	PAR	01
02		ÓCULOS - DE SEGURANÇA AMPLA VISÃO, COM LENTE DE PROTEÇÃO EM POLICARBONATO, COM TRATAMENTO ANTIRRISCO, ANTIEMBAÇANTE E UV, VENTILAÇÃO INDIRETA, ARMAÇÃO EM SILICONE E ELÁSTICO AJUSTÁVEL. ACOMPANHA BOLSA EM NYLON PARA ARMAZENAGEM.	UNIDADE	02
03		MÁSCARA - MASCARA EM TECIDO OXFORD OU TRICOLINE COM FORRO DE POPELINE 100% ALGODÃO	UNIDADE	20
04		CAPA DE CHUVA FORRADA, COMPRIMENTO LONGO E COM MANGAS	UNIDADE	02
05		PROTETOR SOLAR, TIPO PROTEÇÃO:UVA/UVB, FATOR PROTEÇÃO:FATOR 30, FORMA FARMACÊUTICA:CREME	FRASCO 120 ML	06

b2) Posto: Porteiro

Item	Descrição do Cargo	Especificação	Unidade	Quantidade Anual
01		FACE SHIELD - MÁSCARA PROTETORA (FACE SHIELD) PARA ADULTOS. PROTEGE DA TRANSMISSÃO DE VÍRUS POR TOSSE, PIGARRO, ENTRE OUTROS MEIOS. MATERIAL: ESTRUTURA EM PLÁSTICO, VISOR EM ACETATO 0,5MM E FECHO EM ELÁSTICO AJUSTÁVEL.	PAR	01

02	Porteiro	ÓCULOS - DE SEGURANÇA AMPLA VISÃO, COM LENTE DE PROTEÇÃO EM POLICARBONATO, COM TRATAMENTO ANTIRRISCO, ANTIEMBAÇANTE E UV, VENTILAÇÃO INDIRETA, ARMAÇÃO EM SILICONE E ELÁSTICO AJUSTÁVEL. ACOMPANHA BOLSA EM NYLON PARA ARMAZENAGEM.	UNIDADE	02
03		MÁSCARA - MASCARA EM TECIDO OXFORD OU TRICOLINE COM FORRO DE POPELINE 100% ALGODÃO	UNIDADE	20
04		CAPA DE CHUVA FORRADA, COMPRIMENTO LONGO E COM MANGAS	UNIDADE	02
05		PROTETOR SOLAR, TIPO PROTEÇÃO:UVA/UVB, FATOR PROTEÇÃO:FATOR 30, FORMA FARMACÊUTICA:CREME	FRASCO 120 ML	06

b3) Posto: Monitor de Sistemas Eletrônicos de Segurança

Item	Descrição do Cargo	Especificação	Unidade	Quantidade Anual
01	Monitor de Sistemas Eletrônicos de Segurança	FACE SHIELD - MÁSCARA PROTETORA (FACE SHIELD) PARA ADULTOS. PROTEGE DA TRANSMISSÃO DE VÍRUS POR TOSSE, PIGARRO, ENTRE OUTROS MEIOS. MATERIAL: ESTRUTURA EM PLÁSTICO, VISOR EM ACETATO 0,5MM E FECHO EM ELÁSTICO AJUSTÁVEL.	PAR	01
02		MÁSCARA - MASCARA EM TECIDO OXFORD OU TRICOLINE COM FORRO DE POPELINE 100% ALGODÃO	UNIDADE	20

b2) Posto: Encarregado

Item	Descrição do Cargo	Especificação	Unidade	Quantidade Anual
01	Porteiro	FACE SHIELD - MÁSCARA PROTETORA (FACE SHIELD) PARA ADULTOS. PROTEGE DA TRANSMISSÃO DE VÍRUS POR TOSSE, PIGARRO, ENTRE OUTROS MEIOS. MATERIAL: ESTRUTURA EM PLÁSTICO, VISOR EM ACETATO 0,5MM E FECHO EM ELÁSTICO AJUSTÁVEL.	PAR	01
02		ÓCULOS - DE SEGURANÇA AMPLA VISÃO, COM LENTE DE PROTEÇÃO EM POLICARBONATO, COM TRATAMENTO ANTIRRISCO, ANTIEMBAÇANTE E UV, VENTILAÇÃO INDIRETA, ARMAÇÃO EM SILICONE E ELÁSTICO AJUSTÁVEL. ACOMPANHA BOLSA EM NYLON PARA ARMAZENAGEM.	UNIDADE	02

03		MÁSCARA - MASCARA EM TECIDO OXFORD OU TRICOLINE COM FORRO DE POPELINE 100% ALGODÃO	UNIDADE	20
04		CAPA DE CHUVA FORRADA, COMPRIMENTO LONGO E COM MANGAS	UNIDADE	02
05		PROTETOR SOLAR, TIPO PROTEÇÃO:UVA/UVB, FATOR PROTEÇÃO:FATOR 30, FORMA FARMACÊUTICA:CREME	FRASCO 120 ML	06

c) **RELAÇÃO DE EQUIPAMENTO POR POSTO**c1) **Posto: Vigia**

Item	Descrição do Cargo	Especificação	Unidade	Quantidade Anual
01	Vigia	RADIO COMUNICAÇÃO - TRANSCEPTOR, TIPO WALK TALK, POTÊNCIA TRANSMISSÃO 2 W, OPERAÇÃO 22CANAIS, SENDO 7 CANAIS GMRS, ACESSÓRIOS CARREGADOR DE BATERIA E BATERIAS, ALCANCE 40 KM, FAIXA FREQUÊNCIA 438 A 470 MHZ	UNIDADE	10
02		LANTERNA - TÁTICA RECARREGÁVEL EQUIPADA COM CREE LED XML-T6 COM ZOOM, 20000W DE RADIAÇÃO E LUZ E APROXIMADAMENTE 5600 LUMENS	UNIDADE	10
03		SISTEMA DE MONITORAMENTO GPS EM TEMPO REAL MODELO DE REFERÊNCIA: ZTRAX	UNIDADE (Custo de locação anual)	10

c2) **Posto: Porteiro**

Item	Descrição do Cargo	Especificação	Unidade	Quantidade Anual
01	Porteiro	RADIO COMUNICAÇÃO - TRANSCEPTOR, TIPO WALK TALK, POTÊNCIA TRANSMISSÃO 2 W, OPERAÇÃO 22CANAIS, SENDO 7 CANAIS GMRS, ACESSÓRIOS CARREGADOR DE BATERIA E BATERIAS, ALCANCE 40 KM, FAIXA FREQUÊNCIA 438 A 470 MHZ	UNIDADE	05
02		LANTERNA - TÁTICA RECARREGÁVEL EQUIPADA COM CREE LED XML-T6 COM ZOOM, 20000W DE RADIAÇÃO E LUZ E APROXIMADAMENTE 5600 LUMENS	UNIDADE	05

c3) **Posto: Operador de Monitor de Sistemas Eletrônicos de Segurança**

Item	Descrição do Cargo	Especificação	Unidade	Quantidade Anual
01	Monitor de Sistemas Eletrônicos de Segurança	RADIO COMUNICAÇÃO - TRANSCEPTOR, TIPO WALK TALK, POTÊNCIA TRANSMISSÃO 2 W, OPERAÇÃO 22 CANAIS, SENDO 7 CANAIS GMRS, ACESSÓRIOS CARREGADOR DE BATERIA E BATERIAS, ALCANCE 40 KM, FAIXA FREQUÊNCIA 438 A 470 MHZ	UNIDADE	01
02		LANTERNA - TÁTICA RECARREGÁVEL EQUIPADA COM CREE LED XML-T6 COM ZOOM, 20000W DE RADIAÇÃO E LUZ E APROXIMADAMENTE 5600 LUMENS	UNIDADE	01

c4) Posto: Encarregado

Item	Descrição do Cargo	Especificação	Unidade	Quantidade Anual
01	Encarregado	RADIO COMUNICAÇÃO - TRANSCEPTOR, TIPO WALK TALK, POTÊNCIA TRANSMISSÃO 2 W, OPERAÇÃO 22 CANAIS, SENDO 7 CANAIS GMRS, ACESSÓRIOS CARREGADOR DE BATERIA E BATERIAS, ALCANCE 40 KM, FAIXA FREQUÊNCIA 438 A 470 MHZ	UNIDADE	01
02		LANTERNA - TÁTICA RECARREGÁVEL EQUIPADA COM CREE LED XML-T6 COM ZOOM, 20000W DE RADIAÇÃO E LUZ E APROXIMADAMENTE 5600 LUMENS	UNIDADE	01

c5) Posto: Comum à todos os postos

Item	Descrição do Cargo	Especificação	Unidade	Quantidade Anual
01	Comum à todos os postos	RELÓGIO PONTO - MOSTRADOR DIGITAL, TIPO BIOMÉTRICO E LEITOR DE CÓDIGO DE BARRAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TECLAS EM PADRÃO TELEFÔNICO E TECLAS DE FUNÇÃO, ALIMENTAÇÃO 110/200 V	UNIDADE	04
02		COMPUTADOR - COMPLETO (COM MONITOR, TECLADO E MOUSE): ESPECIFICAÇÕES: FONTE DE ALIMENTAÇÃO: 300 W REAIS (CHAVEADA); GRAVADOR DE CD/DVD; SISTEMA OPERACIONAL: WINDOWS 10 (DESKTOP); PROCESSADOR: INTEL CORE I3, HD 500GB, SATA 03; MEMÓRIA RAM: 4GB, DDR 3, 1333 MHZ; MONITOR LED 15 POLEGADAS	UNIDADE	01

A CONTRATADA deverá fornecer ao encarregado que prestam serviços à UFVJM, um aparelho de telefonia móvel, habilitado com assinatura de plano pós-pago (Controle), nas seguintes condições:

O valor da franquia mensal deverá corresponder ao plano mínimo da operadora contratada pela empresa, e será lançado no item “Insumos Diversos” da Planilha de Custos e Formação de Preços;

O uso do aparelho de telefonia móvel não gerará direito ao sobreaviso, considerando que seu uso somente se dará durante o expediente de trabalho.

A empresa deverá realizar os registros em 01 livro de ocorrência fornecido pela contratada, cuja despesa deverá estar incluída nos custos indiretos.

Para o uso do relógio de ponto, a Contratante não disponibilizará internet, devendo o mesmo ou ser providenciado pela empresa Contratada ou ser utilizado apenas offline.

Critérios e Práticas de Sustentabilidade

Nos termos do artigo 2º do Decreto 7.746/2012, na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes devem adotar critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos convocatórios.

Quanto aos critérios e práticas de sustentabilidade, a contratada deve seguir as seguintes diretrizes ao longo da execução contratual:

- I - Menor impacto sobre os recursos naturais,
- II - preferência por materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local,
- III- Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia,
- IV- Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local,
- V- Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra,
- VI- Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais,
- VII- Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

A contratação também requer que a contratada exerça práticas de sustentabilidade previstas no Termo de Referência, tendo em vista o disposto e orientado no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis – NESLIC da Advocacia-Geral da União de 2016 e legislação que rege a matéria. Destaca-se o disposto na Instrução Normativa 01, de 19 de janeiro de 2010, no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012 e na Instrução Normativa 10, de 12 de novembro de 2012, que deve ser cumprido naquilo que couber na execução do serviço.

5. Levantamento de Mercado

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos da Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018 que estabeleceu os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018. A referida portaria assim dispõe em seu art. 1º:

Art. 1º No âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços:

[...]

XIII - instalação, operação e manutenção de máquinas e equipamentos, incluindo os de captação, tratamento e transmissão de áudio, vídeo e imagens;

[...]

XXI - segurança, vigilância patrimonial e brigada de incêndio;

[...]

Parágrafo único. Outras atividades que não estejam contempladas na presente lista poderão ser passíveis de execução indireta, desde que atendidas as vedações constantes no Decreto nº 9.507, de 2018.

Não há possibilidade da UFVJM realizar concurso público para o referido cargo, tendo em vista que tais atividades não são inerentes às categorias funcionais abrangidas atualmente pelo Plano de Carreira de seus cargos administrativos (Lei nº 11.091/2005), restando a terceirização do serviço, que é inclusive prioritária como definido na portaria citada.

Tendo em vista se tratar de uma contratação de serviço, necessário realizar licitação. Conforme disposto no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Art. 37, Inc. XXI da Constituição Federal de 1988).

A Lei 8.666/93 estabeleceu as normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A referida lei ratificou o comando constitucional para a obrigatoriedade de licitação e trouxe as hipóteses em que o processo licitatório pode não ser realizado, na forma de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

A contratação em apreço **não se enquadra** nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade elencadas pela Lei 8.666/93, devendo ser precedida de processo licitatório.

A licitação além de visar a isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, busca garantir diversos princípios conforme art. 3º da Lei 8.666/93:

Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

O objeto a ser licitado, pelo seu impacto institucional e com base nas justificativas mencionadas no processo, possui natureza continuada, podendo ser prorrogado com base no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93 que prevê a possibilidade de prorrogar a duração de contratos cujo objeto seja a execução de serviços contínuos, até sessenta meses.

Nesse sentido é a definição apresentada pela Instrução Normativa nº 05/2017/SEGES em seu art. 15:

Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

Parágrafo único. A contratação de serviços prestados de forma contínua deverá observar os prazos previstos no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

O TCU segue o mesmo entendimento para classificar um serviço como contínuo: O caráter contínuo de um determinado serviço é definido pela sua **essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.**” (TCU. Acórdão nº 132/2008 – Segunda Câmara. Relator: Ministro Aroldo Cedraz. Data do julgamento: 12/02/2008.).

Os serviços são considerados “comuns” pois enquadram-se na classificação nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520:

Art. 1º Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Instrução Normativa nº 05/2017/SEGES em seu art. 14, parágrafo único estipula ainda que a classificação como comum independe da complexidade do serviço, bastando que ele possa ser objetivamente definido no edital:

Art. 14. Os serviços considerados comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado.

Parágrafo único. Independentemente de sua complexidade, os serviços podem ser enquadrados na condição de serviços comuns, desde que atendam aos requisitos dispostos no **caput** deste artigo.

Por se tratar de um serviço comum, cujo padrão de qualidade e desempenho podem ser objetivamente definidos, a licitação e dará na modalidade pregão, do tipo eletrônico, que encontra fundamento no parágrafo único do artigo 1º e no § 1º do artigo 2º da Lei nº 10.520/2002:

*Art. 1º Para aquisição de **bens e serviços comuns** poderá ser adotada a **licitação na modalidade de pregão**, que será regida por esta Lei.*

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Art. 2º (VETADO)

§ 1º Poderá ser realizado o pregão por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, nos termos de regulamentação específica.

Da mesma forma, restam atendidos o §3º do artigo 1º do Decreto nº 10.024/2019:

Art. 1º Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

[...]

§ 3º Para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns pelos entes federativos, com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, a utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, ou da dispensa eletrônica será obrigatória, exceto nos casos em que a lei ou a regulamentação específica que dispuser sobre a modalidade de transferência discipline de forma diversa as contratações com os recursos do repasse.

O Pregão Eletrônico pode ser tradicional ou por meio do Sistema de Registro de Preços – SRP.

Em um pregão tradicional, a licitação tem por finalidade uma compra ou contratação específica. Após o procedimento licitatório e assinatura do contrato administrativo, o objeto é entregue ou executado e o processo é encerrado.

Por outro lado, a licitação por SRP destina-se a registrar preços de fornecedores, que assumem o compromisso de entregar os bens ou executar os serviços durante todo o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços e nas condições nela estipuladas, para contratações eventuais futuras, que poderão ocorrer quantas vezes forem necessárias, dentro do prazo de validade da ata, respeitadas as condições nela estipuladas.

A utilização do sistema de registro de preços somente deve ser adotada quando há justificativa embasada nas disposição do art. 3º do Decreto 7.892/2013.

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

No caso em apreço, por se tratar de um serviço continuado, em regime exclusivo de dedicação de mão de obra e não havendo características que justifiquem a adoção do sistema de registro de preços, o tipo de licitação a ser adotado é o pregão tradicional.

O mercado de potenciais prestadores de serviços de Portaria, Vigia e de Operador de Monitor de sistemas eletrônicos de segurança interno nas condições estabelecidas pela Administração é bastante vasto, uma vez que as rotinas gerais para sua execução são relativamente simples, não havendo necessidade de especialização nem da parte das empresas, nem dos seus empregados, que serão alocados diretamente na prestação dos serviços.

A licitação para contratação do objeto desejado de acordo com os critérios estabelecidos, amplamente utilizados pelos órgãos e entidades públicas, amplia a competição e proporciona a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, sendo, para o presente caso, a opção que melhor atende o interesse público.

Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração. No entanto o presente modelo de contratação não traz qualquer inovação às práticas de mercado.

Para a contratação de serviços de Portaria, Vigia e Monitor de sistemas eletrônicos de Segurança Interno, tanto as empresas como os órgãos públicos efetivam a contratação de forma semelhante à que se pretende adotar, cumprindo as respectivas exigências legais, normativas e editalícias.

Na contratação em análise não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem acarretar a realização de audiência pública para coleta de contribuições afim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face dos serviços serem considerados comuns.

A solução que atende os interesses e necessidades da Administração conforme informado pela unidade requisitante e respectiva área técnica é a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços continuados de Portaria, Vigia e Monitor de sistemas eletrônicos de Segurança Interno a serem realizados nos Campi I e JK, Moradia Estudantil e Núcleo de Turismo em Diamantina, com dedicação exclusiva de mão de obra, para atender à UFVJM, com vigência inicial de 12 meses, com possibilidade de prorrogação por iguais e sucessivos períodos, limitando a 60(sessenta) meses.

Foram identificadas as seguintes contratações similares à pretendida em outros órgãos ou entidades da administração pública:

- Pregão Eletrônico nº 012/2020

Órgão/Entidade: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO PARANÁ

Objeto :Pregão Eletrônico - Contratação de pessoa jurídica para prestação dos serviços elencados nos itens abaixo: A) Serviço continuado de vigia, com dedicação exclusiva de mão de obra, na sede do CRM-PR em Curitiba-PR; B) Serviço eventual de vigia para eventos na sede do CRM-PR em Curitiba-PR; C) Serviço continuado de portaria, com dedicação exclusiva de mão de obra, na sede do CRM-PR em Curitiba-PR; D) Serviço eventual de portaria para eventos na sede do CRM-PR em Curitiba

Forma de Contratação: Pregão Tradicional

- Pregão Eletrônico nº 096/2020

Órgão/Entidade: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Objeto :Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Portaria, Recepção e Vigia, para atender necessidades de diversas unidades da Universidade Federal do Paraná, visando estabelecer contrato com preenchimento de 142 (cento e quarenta e dois) postos de trabalho.

Forma de Contratação: Pregão Tradicional

- Pregão Eletrônico nº 2581/2020

Órgão/Entidade: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO - CÂMPUS ARARAQUARA

Objeto :Pregão Eletrônico - Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de vigia e portaria com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, materiais e equipamentos para o campus Araraquara do IFSP.

Forma de Contratação: Pregão Tradicional

- Pregão Eletrônico nº : 128/2020

Órgão/Entidade: SUP. REG. DO DNIT NO ESTADO DE MATO GROSSO

Objeto :Pregão Eletrônico - : 01 (um) posto de serviço a ser vigiado por 02(dois) porteiros/vigias, revezados e uniformizados durante 12 (doze) horas ininterruptas, das 18:00 horas às 06 :00 horas, nas dependências da unidade local de sorriso- mt.

Objeto :Pregão Eletrônico - : 02 (dois) postos de serviços a serem vigiados por 04 (quatro) porteiros/vigias , revezados e uniformizados durante 12(doze) horas ininterruptas, das 06:00 horas às 18:00, sendo 02 (dois) porteiros/vigias para cada posto, nas dependências da sede da srnit/mt.

Forma de Contratação: Pregão Tradicional

- Pregão Eletrônico nº : 26/2020

Órgão/Entidade: SUP. REG. DO DNIT NO ESTADO DE MATO GROSSO

Objeto :Pregão Eletrônico - : 01 (um) posto de serviço a ser vigiado por 02(dois) porteiros/vigias, revezados e uniformizados durante 12 (doze) horas ininterruptas, das 18:00 horas às 06 :00 horas, nas dependências da unidade local de sorriso- mt.

Objeto :Pregão Eletrônico - : 02 (dois) postos de serviços a serem vigiados por 04 (quatro) porteiros/vigias , revezados e uniformizados durante 12(doze) horas ininterruptas, das 06:00 horas às 18:00, sendo 02 (dois) porteiros/vigias para cada posto, nas dependências da sede da srnit/mt.

Forma de Contratação: Pregão Tradicional

- Pregão Eletrônico nº : 03/2020

Órgão/Entidade: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS- CAMPUS SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA.

Objeto :Pregão Eletrônico - : contratação de empresa especializada para prestação de serviço de portaria para o IFAM campus são Gabriel da Cachoeira

Forma de Contratação: Pregão Tradicional

- Pregão Eletrônico nº : 81/2019

Órgão/Entidade: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUÍZ DE FORA.

Objeto :Pregão Eletrônico - : contratação de serviços de monitor de sistemas eletrônicos de segurança interno.

Forma de Contratação: Pregão Tradicional

6. Descrição da solução como um todo

A prestação dos serviços de Agente de Portaria , Vigia e monitor de sistemas eletrônicos de segurança interno nos Postos fixados pela contratante envolve a alocação, pela contratada, de mão de obra capacitada, a princípio, na forma e condições a seguir discriminadas admitindo ajustes, em função das necessidades da Instituição, com disponibilização diária e integral dos postos com dedicação exclusiva de mão de obra, sem que ocorram faltas ou atrasos sem cobertura.

Os serviços seguirão os dispostos no Código Brasileiro de Ocupações – CBO e deverão respeitar às Convenções Coletivas de Trabalho – CCT da categoria envolvida na contratação. A contratada deverá manter seus funcionários registrados e regularizados durante toda a prestação dos serviços a instituição.

Deverá a CONTRATADA comprovar que tenha executado contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho previstos para a contratação;

É vedado a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente político ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.023, de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública Federal;

Caberá a Contratada disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual (EPI), quando for o caso; Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados sem repassar quaisquer custos a estes;

Substituir, no prazo de até 2 horas, em caso de eventual ausência, tais como, faltas, férias e licenças, o empregado no posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

Os serviços de porteiro e vigia e monitor de sistemas eletrônicos de segurança interno serão realizados de acordo com o planejamento elaborado pela Contratada e aprovado pela Instituição. Os porteiros/vigias e monitor de sistemas eletrônicos, cuja jornada será de 12x36 horas, prestarão os serviços de domingo a segunda-feira, em escala de revezamento; os porteiros/vigias, cuja jornada será de 06 horas, prestarão serviços de segunda a sexta, de 17:00 às 23:00 horas, com 01 hora de adicional noturno por dia; o encarregado, cuja jornada será de 44 horas semanais, prestará os serviços de segunda a quinta, de 08:00 às 18:00 horas e na sexta de 08:00 às 17:00 horas.

Caso a Contratada venha a exigir que seus empregados ultrapassem a jornada de trabalho, registrada em suas carteiras profissionais, deverá a mesma encaminhar à Pró-Reitoria, até o primeiro dia útil de cada mês, a relação dos empregados com as respectivas quantidades de horas-extras trabalhadas, cabendo, unicamente, à Contratada todos os ônus relativos às horas-extras, devendo mesma fazer prova do pagamento/compensação à Pró-Reitoria de Administração, mensalmente.

É vedado à Contratada subcontratar, no todo ou em parte, os serviços a ela adjudicados.

É expressamente proibido à Contratada alocar empregados, na Instituição, para outras atividades que constituam desvio de função das atividades para as quais está sendo contratada.

Para efeito da contratação inicial ou no decorrer do Contrato poderão ser criadas, excluídas ou aumentadas áreas de vigilância (área interna e externa) de acordo com as conveniências da UFVJM, sendo, contudo, obedecido o disposto no art. 65 da Lei 8.666/93, havendo aumento, criação ou exclusão de áreas de vigilância, serão estas comunicados, por escrito, à Contratada, com antecedência de 05 (cinco) dias, decorrendo daí um ajuste no instrumento contratual. Tão logo seja excluído ou criado o local, a Contratada deverá comunicar à Pró-Reitoria de Administração o nome dos empregados excluídos (ou transferidos para outros locais, se for o caso) ou admitidos.

É de responsabilidade da empresa garantir o transporte dos Vigias, porteiros e monitores para o Campus JK, cuja jornada de trabalho é a de 12x36 horas, para os respectivos postos de trabalho, inclusive em finais de semana e feriados.

Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

A Contratante pode solicitar a suspensão temporária de parte ou total da força de trabalho da contratada (de 30% a 80%), sem ônus e sem reposição dos postos no período, durante os meses de recesso do calendário acadêmico. Nesse período, os custos mensais dos serviços poderão ser reduzidos (observando o cálculo proporcional das horas trabalhadas). A Contratada deverá apresentar sua proposta de preços considerando este item na planilha de custos;

Atividades a serem Executadas:

As atividades a serem desenvolvidas por cada posto de trabalho a ser contratado são as seguintes:

Porteiro (CBO 5174-10)

- Abertura e fechamento dos prédios;
- Comunicar imediatamente à Administração, bem como ao responsável pelo Posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do Posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Administração, bem como as que entenderem oportunas.
- Controle do fluxo e movimentação de pessoas;
- Transmissão de recados;
- Comunicação via rádio;
- Registro de Ocorrências;
- Repassar para o(s) vigia(s)/porteiro(s) que está(ão) assumindo o Posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações;
- Acionar Polícia, Bombeiros e demais autoridades sempre que necessário;
- Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;

- Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar seus carros particulares na área interna da instalação;
- Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela Administração ou responsável pela instalação;
- Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao Posto e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações;
- Proibir a aglomeração de pessoas junto ao Posto, comunicando o fato ao responsável pela instalação e à segurança da Administração, no caso de desobediência;
- Proibir a utilização do Posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros, salvo com autorização escrita pela administração;
- Permanecer no Posto, não devendo se afastar de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;
- Medição de Temperatura - Projeto de Lei 321/2020, que obriga repartições públicas e estabelecimentos de uso coletivo a medir a temperatura corporal de seus servidores, funcionários e visitantes durante a pandemia de COVID-19;
- para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade; Assumir diariamente o Posto, devidamente uniformizado, barbeado, cabelos aparados, limpos e com aparência pessoal adequada;
- Não permitir prática de vendas, divulgações, demonstrações ou outras práticas similares, relacionadas com atividades comerciais, alheia e estranha as Instituições, nas suas dependências, salvo autorização expressa da Administração
- E outras demandas identificadas como necessárias posteriormente e pertinentes ao cargo.

Perfil dos profissionais: Demonstrar educação; demonstrar atenção; manter o autocontrole; ter capacidade de tomar decisões; trabalhar em equipe; demonstrar proatividade; demonstrar capacidade de administrar o próprio tempo; demonstrar fluência verbal, de modo que consiga repassar as informações ao público atendido de forma inteligível; demonstrar capacidade de lidar com o público; ser assíduo e pontual. Escolaridade Mínima Exigida: Ensino Fundamental.

Vigia (CBO 5174-20)

- Abertura e fechamento dos prédios;
- Comunicar imediatamente à Administração, bem como ao responsável pelo Posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do Posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Administração, bem como as que entenderem oportunas.
- Controle do fluxo e movimentação de pessoas;
- Transmissão de recados;
- Comunicação via rádio;
- Registro de Ocorrências;
- Repassar para o(s) vigia(s)/porteiro(s) que está(ão) assumindo o Posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações;
- Acionar Polícia, Bombeiros e demais autoridades sempre que necessário;
- Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;
- Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar seus carros particulares na área interna da instalação;
- Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela Administração ou responsável pela instalação;
- Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao Posto e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações;
- Proibir a aglomeração de pessoas junto ao Posto, comunicando o fato ao responsável pela instalação e à segurança da Administração, no caso de desobediência;
- Proibir a utilização do Posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros, salvo com autorização escrita pela administração;
- Permanecer no Posto, não devendo se afastar de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;
- Medição de Temperatura - Projeto de Lei 321/2020, que obriga repartições públicas e estabelecimentos de uso coletivo a medir a temperatura corporal de seus servidores, funcionários e visitantes durante a pandemia de COVID-19;
- para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade; Assumir diariamente o Posto, devidamente uniformizado, barbeado, cabelos aparados, limpos e com aparência pessoal adequada;
- Não permitir prática de vendas, divulgações, demonstrações ou outras práticas similares, relacionadas com atividades comerciais, alheia e estranha as Instituições, nas suas dependências, salvo autorização expressa da Administração
- E outras demandas identificadas como necessárias posteriormente e pertinentes ao cargo.
- Abertura e fechamento dos prédios;
- Informações sobre regime interno, normas ou procedimentos;
- Controle de entrada e saída de pessoas e veículos;
- Acionar o serviço de vigilância em eventuais ocorrências;

- Identificação e encaminhamento de pessoas;
- Medição de Temperatura - Projeto de Lei 321/2020, que obriga repartições públicas e estabelecimentos de uso coletivo a medir a temperatura corporal de seus servidores, funcionários e visitantes durante a pandemia de COVID-19;
- Executar outras tarefas de mesma natureza e mesmo nível de dificuldade.

Perfil dos profissionais: Demonstrar educação; demonstrar atenção; manter o autocontrole; ter capacidade de tomar decisões; trabalhar em equipe; demonstrar prestatividade; demonstrar capacidade de administrar o próprio tempo; demonstrar fluência verbal, de modo que consiga repassar as informações ao público atendido de forma inteligível; demonstrar capacidade de lidar com o público; ser assíduo e pontual. Escolaridade Mínima Exigida: Ensino Fundamental.

Monitor de sistemas eletrônicos de segurança interno (9513-15)

- Comunicar imediatamente à Administração, bem como ao responsável pelo Posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do Posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Administração, bem como as que entenderem oportunas.
- Comunicação via rádio, ou telefone, com a equipe de trabalhos e com a Administração.
- Registro de Ocorrências;
- Repassar para o(s) vigia(s)/porteiro(s) que está(ão) assumindo o Posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações;
- Acionar Polícia, Bombeiros e demais autoridades sempre que necessário;
- Acionar o serviço de vigilância em eventuais ocorrências;
- Identificação e encaminhamento de pessoas;
- Elaborar documentos;
- Ativar sistemas eletroeletrônicos de segurança;
- Demonstrar competências pessoais;
- Planejar serviços de instalação e manutenção de sistemas eletroeletrônicos de segurança;
- Realizar manutenções corretiva e preventiva dos sistemas eletroeletrônicos de segurança;
- Inspecionar instalações dos sistemas eletroeletrônicos de segurança;
- Monitorar sistemas eletrônicos de segurança;
- Executar outras tarefas de mesma natureza e mesmo nível de dificuldade.
- E outras demandas identificadas como necessárias posteriormente e pertinentes ao cargo

Perfil dos profissionais: Demonstrar educação; demonstrar atenção; manter o autocontrole; ter capacidade de tomar decisões; trabalhar em equipe; demonstrar prestatividade; demonstrar capacidade de administrar o próprio tempo; demonstrar fluência verbal, de modo que consiga repassar as informações necessárias à equipe de trabalho e à Administração. Para o monitor de sistemas eletrônicos de segurança interno, requer-se ensino médio completo.

Encarregado (CBO 4101-05)

- Realizar todas as tarefas inerente ao cargo de encarregado de forma a garantir que os serviços contratados, em todos os postos, sejam executados conforme as exigências e parâmetros de qualidade previstos na contratação.

Perfil dos profissionais: Demonstrar educação; demonstrar atenção; manter o autocontrole; ter capacidade de tomar decisões; coordenar e trabalhar em equipe; demonstrar prestatividade; demonstrar capacidade de administrar o próprio tempo; demonstrar fluência verbal, de modo que consiga repassar as informações necessárias à equipe de trabalho e à Administração. Escolaridade Mínima Exigida: Ensino Médio Completo.

Local de execução dos serviços :

Os serviços contratados deverão ser disponibilizados , nas áreas da UFVJM, nos Campi I e JK , Moradia Estudantil e Núcleo de Turismo , situados nos seguintes endereços:

Campus JK / Diamantina

Endereço: Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5.000, Bairro Alto da Jacuba - CEP: 39100-000 Diamantina/MG;

Campus I/ Diamantina

Endereço: Rua da Glória, nº 187, Bairro Centro - CEP: 39100-000 Diamantina/MG;

Moradia Estudantil / Diamantina

Endereço: Rua LI, nº 99, Trevo do Biribiri - CEP: 39100-000 Diamantina/MG;

Núcleo de Turismo / Diamantina

Endereço: Rua Macau de Baixo, S/Nº - Esquina com a Rua do Estudante, Bairro Centro - CEP:39100-00 Diamantina/MG

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os quantitativos demandados foram estimados considerando os espaços da UFVJM que necessitam de controle de acesso e seus horários de funcionamento, tendo sido definida como unidade mínima de fornecimento o posto de trabalho, entendido como o valor mensal de um trabalhador cumprindo sua jornada no local definido.

Além de considerar como base a licitação anterior, foi feita uma reavaliação de acordo com as necessidades atuais da UFVJM, readequando os postos de trabalho com a necessidade quantitativa e qualitativa em relação à contratação anterior e ainda em relação ao horário de atendimento das áreas específicas associado à disponibilidade de espaço físico.

O total de postos licitados corresponderá à quantidade informada pelo setor requisitante, por meio do Documento de formalização de Demanda(Doc. Sei nº 0156363), e sendo solicitado o acréscimo de mais um posto de vigia 12x36 diurno por meio do Ofício nº 3 (doc. Sei! nº 0285007) pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis- Proace a ser empregado na Moradia Estudantil, considerando grande extensão do terreno da Moradia Estudantil Universitária, bem como as diversas ocorrências de invasões para corte de madeira, furtos, dentre outros, inclusive durante o dia e, considerando que atualmente o local só conta com um porteiro no horário diurno que fica a maior parte do tempo por conta da demanda constante da portaria, torna-se a cada dia mais urgente garantir uma segurança mais efetiva na Moradia em tempo integral. Neste contexto, a Diretoria de Administração através do Ofício nº 107 (doc. Sei! nº 0298313) se manifestou a favor da inclusão desta nova demanda, porém com ressalva de que posteriormente caberá a Administração, com base nos custos levantados pela Equipe de Planejamento, avaliar se haverá disponibilidade orçamentária para a inclusão definitiva desta demanda, na contratação a ser realizada.

Neste mesmo ofício, nº 107 (doc. Sei! nº 298313) foi solicitado também pela Diretoria de Administração a inclusão do cargo de Operador de Monitoramento diurno e noturno, esclarecendo que tal solicitação justifica-se pela possibilidade de implantação de um sistema de Circuito Fechado de Televisão (CFTV) na UFVJM. O planejamento da contratação do Circuito Fechado de Televisão (CFTV) está andamento conforme processo nº 23086.012057/2020-14.

Dos Postos de Trabalho:**01 posto de Encarregado - 44 (quarenta e quatro) horas semanais - Diurno**

O posto adotará a seguinte escala de trabalho: 44 horas semanais, de segunda-feira à sexta-feira, envolvendo 01 (um) encarregado, no horário de 08:00 às 18:00h, abrangendo todos os locais de execução dos serviços contratados.

01 posto de Porteiro - Turno 12 x 36 - Diurno

O posto adotará a seguinte escala de trabalho: 12 horas diurnas, de segunda-feira à domingo, envolvendo 02 (dois) porteiros em turno de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, no horário de 06:00h às 18:00h, Campus JK.

01 posto de Porteiro - Turno de 06 horas

O posto adotará a seguinte escala de trabalho: 06 horas fixas, de segunda-feira à sexta-feira, envolvendo 01 (um) porteiro em horários fixos de 17:00h às 23:00h, Campus JK.

04 postos de vigia - Turno 12 x 36 - Diurno

Os postos adotarão a seguinte escala de trabalho: 12 horas diurnas, de segunda-feira à domingo, envolvendo 08 (oito) vigias em turno de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, no horário de 06:00h às 18:00h, Campus JK.

01 postos de vigia - Turno 12 x 36 - Diurno

O posto adotará a seguinte escala de trabalho: 12 horas diurnas, de segunda-feira à domingo, envolvendo 02 (dois) vigias em turno de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, no horário de 06:00h às 18:00h, Moradia Estudantil.

04 postos de vigia - Turno de 06 horas

Os postos adotarão a seguinte escala de trabalho: 06 (seis) horas, de segunda-feira à sexta-feira, envolvendo 04 (quatro) vigias, em horários fixos de 17:00h às 23:00h, Campus JK.

01 posto de porteiro - Turno 12 x 36 horas - Diurno

O posto adotará a seguinte escala de trabalho: 12 horas diurnas, de segunda-feira à domingo, envolvendo 02 (dois) porteiros em turno de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, no horário de 06:00h às 18:00h, Campus I.

01 posto de Porteiro - Turno de 06 horas

O posto adotará a seguinte escala de trabalho: 06 horas fixas, de segunda-feira à sexta-feira, envolvendo 01 (um) porteiro em horários fixos de 17:00h às 23:00h, Campus I.

01 postos de porteiro - Turno 12 x 36 horas - Diurno

Os postos adotarão a seguinte escala de trabalho: 12 horas x 36 diurno, de segunda-feira à domingo envolvendo 02 (dois) porteiros em turno de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, no horário de 06:00h às 18:00h, Moradia Estudantil.

01 posto de vigia - Turno 12 x 36 horas - Noturno

O posto adotará a seguinte escala de trabalho: 12 horas x 36 diurno, de segunda-feira à domingo, envolvendo 02 vigias em turno de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, no horário de 18:00h às 06:00h, Núcleo de Turismo.

01 Monitor de Sistemas Eletrônicos de Segurança - Turno 12x36 - Diurno

O posto adotará a seguinte escala de trabalho: 12 horas X 36 diurno, de segunda-feira à domingo, envolvendo 02 (dois) profissionais em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, no horário de 06h às 18h.

01 Monitor de Sistemas Eletrônicos de Segurança - Turno 12x36 - Noturno

O posto adotará a seguinte escala de trabalho: 12 horas X 36 noturno, de segunda-feira à domingo, envolvendo 02 (dois) profissionais em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis),no horário de 18:00h às 06:00h.

O quantitativo total são 18 postos de serviço e 29 colaboradores.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Conforme IN 40/2020:

Art. 7º Com base no documento de formalização da demanda, as seguintes informações deverão ser produzidas e registradas no Sistema ETP digital:

[...]

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

Em relação aos serviços de terceirização de mão de obra, seu orçamento é mais complexo que os demais serviços de natureza continuada. É necessário elaborar o orçamento estimado por meio de planilha de custos e formação de preços. Deve-se ter atenção para que integre ao cálculo, além das questões salariais e direitos trabalhistas, o custo de uniformes, equipamentos e EPI's.

A IN 05/2017 ao discriminar as diretrizes para a elaboração do Projeto Básico ou Termo de Referência definiu que:

2. São diretrizes específicas a cada elemento do **Termo de Referência ou Projeto Básico**:

[...]

2.9 **Estimativa de preços e preços referenciais:**

a) Refinar, se for necessário, a estimativa de preços ou meios de previsão de preços referenciais realizados nos Estudos Preliminares;

*b) No caso de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o custo estimado da contratação deve contemplar o valor máximo global e mensal estabelecido em decorrência da **identificação dos elementos que compõem o preço dos serviços**, definidos da seguinte forma:*

*b.1. por meio do **preenchimento da planilha de custos e formação de preços**, observados os custos dos itens referentes ao serviço, podendo ser motivadamente dispensada naquelas contratações em que a natureza do seu objeto torne inviável ou desnecessário o detalhamento dos custos para aferição da exequibilidade dos preços praticados;*

b.2. por meio de fundamentada pesquisa dos preços praticados no mercado em contratações similares; ou ainda por meio da adoção de valores constantes de indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes, se for o caso; e

b.3. previsão de regras claras quanto à composição dos custos que impactem no valor global das propostas das licitantes, principalmente no que se refere a regras de depreciação de equipamentos a serem utilizados no serviço.

Dessa forma, sempre que possível, o orçamento deve ser elaborado na forma de planilha, tendo seus custos unitários conhecidos. O detalhamento de custos é informação imprescindível inclusive para a verificação da existência de recursos orçamentários para custear a contratação pretendida.

Para a estimativa final do valor da contratação será elaborada pela contadora da UFVJM a Planilha de Custos e Formação de Custos, em consonância com a determinação da IN 005/2017, conforme solicitado por esta equipe por meio do Ofício 190 (Doc. Sei! nº 0226511) e Ofício 19 (Doc. Sei! nº 335316). A planilha de custos será utilizada para a elaboração do Termo de Referência pela unidade requisitante.

Quanto à pesquisa de preços para a aferição dos preços referenciais, recomenda-se que os métodos adotados obedeçam ao disposto na Instrução Normativa n.º 73/2020: levantamento no Painel de Preços, de contratações similares de outros entes públicos e pesquisa com fornecedores.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em regra, conforme § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

O parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas;

No caso em apreço, salvo melhor juízo, não deve ser aplicado à presente demanda, a divisão do objeto geraria perda de economia de escala, no mercado existe um grande número de empresas aptas à prestação do serviço em tela como um todo, sem prejuízo da competitividade. Há ainda a finalidade de viabilizar um melhor gerenciamento dos serviços prestados, evitando o desperdício de recursos, e buscando minimizar os riscos de eventuais prejuízos à Administração e/ou de comprometimento da qualidade desses serviços. Desta maneira será mais eficiente para assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização, evitando a celebração excessiva de contratos o que resultaria na dificuldade de acompanhamento. A licitação será dividida em itens, e sua adjudicação pelo preço global do grupo.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Contratações correlatas são aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa prestação do serviço, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do objeto principal.

Contratações interdependentes são aquelas que precisam ser contratadas combinadas ao objeto principal para sua completa prestação.

No caso em apreço, não se vislumbram contratações correlatas e/ou interdependentes para a solução ser contratada e o serviço prestado.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A referida contratação está contemplada no Plano Anual de Contratação (PAC) da UFVJM para o ano de 2020, por se tratar de contrato de terceirização a Pró-Reitoria de Administração - PROAD incluiu no Plano Anual de Contratações esta demanda. (PAC 2020 - item número 3894).

12. Resultados Pretendidos

O principal benefício da contratação pretendida será permitir a continuidade da prestação dos serviços essenciais à UFVJM, os quais compreendem, em síntese: controle de acesso de pessoas e veículos, recepção e orientação às pessoas que transitam nos campi, bem como o apoio e repasse de informações à vigilância da UFVJM em eventuais ocorrências.

Ressalta-se que, até o momento, a UFVJM não dispõe de mecanismos de controle de acesso, há um projeto em andamento para a instalação de novos sistemas de controle, no entanto, ainda que haja a instalação de sistemas de acesso futuramente, não há como dispensar os postos de trabalho, visto que esses novos mecanismos funcionam como apoio, tornando-se assim, imprescindível a contratação dos postos de trabalho.

13. Providências a serem Adotadas

Não se vislumbra necessidade de tomada de providências de adequações para a solução ser contratada e o serviço prestado. Para a fiscalização dos serviços conforme IN 05/2017, deverá ser providenciada capacitação continuada dos servidores para atuarem na contratação e fiscalização.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A execução do objeto da pretensa contratação, salvo melhor juízo, não apresenta impactos ambientais que importem em medidas preventivas de tratamento ou de compensação. A contratada deverá seguir os critérios de sustentabilidade definidos no Termo de Referência para mitigação de possíveis riscos. Tais critérios já foram citados neste Estudo Preliminar no tópico "Requisitos da Contratação".

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A execução do objeto da pretensa contratação, salvo melhor juízo, não apresenta impactos ambientais que importem em medidas preventivas de tratamento ou de compensação. A contratada deverá seguir os critérios de sustentabilidade definidos no Termo de Referência para mitigação de possíveis riscos. Tais critérios já foram citados neste Estudo Preliminar no tópico "Requisitos da Contratação".

16. Responsáveis

PORTARIA/PROAD Nº 137, DE 08 DE JUNHO DE 2021

MANSLY BRAGA TAMEIRÃO

Assistente em Administração

PORTARIA/PROAD Nº 137, DE 08 DE JUNHO DE 2021

ELEN ANDRADE PARAISO

Assistente em Administração

PORTARIA/PROAD Nº 137, DE 08 DE JUNHO DE 2021

LUCAS ETHIENE DA SILVA MOREIRA

Administrador

PORTARIA/PROAD Nº 137, DE 08 DE JUNHO DE 2021

KATIA APARECIDA DE ALMEIDA

Assistente em Administração

PORTARIA/PROAD Nº 137, DE 08 DE JUNHO DE 2021

LEONARDO DA SILVA BOAVENTURA

Administrador